

MARCUS ABRAHAM



Curso de
**DIREITO
FINANCEIRO
BRASILEIRO**

3ª edição | revista, atualizada e ampliada



Rio de Janeiro

PREFÁCIO

O século XX mostrou-se generoso com o Direito. Ao lado de tantas transformações ocorridas em todos os ramos das ciências, o campo jurídico foi atravessado por uma devastadora produção teórica que tentou, pouco a pouco, transformar a solidez dos institutos sociais tradicionais ao caráter fluido apresentado por estes mesmos institutos na presente época.

Essa mesma evolução atinge o ofício judicante, sendo que a pretensa passividade do magistrado à atividade mecânica de simples revelação da vontade objetiva da lei foi paulatinamente desmistificada pelas modernas concepções da dogmática hermenêutica. Passou a ser reconhecido o essencial papel construtivo do intérprete na definição dos horizontes de sentido dos textos normativos. Nesse novo cenário, surge o desafio do jurista contemporâneo: interpretar os enunciados legais e racionalizar os entendimentos jurisprudenciais, guiando seus destinatários por caminhos sólidos, do ponto de vista teórico, e efetivos, sob a perspectiva prática.

A presente obra do Dr. Marcus Abraham supera, com felicidade invulgar, esse desafio. O livro é singular na sua abordagem, pois parte da combinação única entre, de um lado, o tom sempre construtivo e bastante realista, aliado ao rigor dogmático que se espera da academia jurídica – muito bem representada pela função que exerce como renomado professor adjunto de Direito Financeiro da majestosa Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – e, de outro lado, a visão pragmática requerida pela experiência dos problemas concretos no desempenho do honroso múnus público de Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, trazendo na bagagem, ainda, o exercício da consultoria jurídica do Ministério da Fazenda ao ter se dedicado, em tempos pretéritos, ao louvável *mister* de Procurador da Fazenda Nacional.

Sobre o tema de fundo, desnecessário ressaltar a importância do Direito Financeiro nos dias atuais, pois cuida de ciência jurídica que permite ao Estado brasileiro realizar a árdua missão de desenvolver a economia e tentar ao máximo extirpar a pobreza e as desigualdades. Nesse contexto, a obra nos prepara para desvendar como se arrecada com obediência aos princípios constitucionais e como se gasta com decência e em cumprimento aos princípios políticos e no atendimento dos interesses públicos.

Paralelamente, o Direito Financeiro é um domínio especialmente dinâmico do direito. Tem de compreender os novos desafios político-econômicos e as necessidades práticas da economia atual, o atual estágio dos conhecimentos científicos e a mais recente evolução da matéria.

A presente obra representa um límpido retrato desse panorama. Além de desenvolver e sistematizar ideias sobre a atividade financeira – competências financeiras, receitas e despesas públicas, técnicas de contabilidade, normas orçamentárias e de responsabilidade fiscal –, procura introduzir novas reflexões sobre o sistema. A constatação e a forte crença do autor de que “arrecadar com justiça, administrar com zelo e gastar com sabedoria, são os comandos que subjazem às normas do Direito Financeiro brasileiro”, parece de grande relevo para essa nova abordagem proposta.

O autor não se descarta da importantíssima abordagem histórica do tema, relembrando a evolução do Estado, das finanças públicas e da atividade financeira, além de todos os diplomas que regulamentaram as matérias tratadas, permitindo ao leitor e ao aplicador da norma uma visão da própria *mens legislatoris* ao longo do tempo.

Simultaneamente, propõe, nesta obra, metodologia e sistemática ímpares por ser conhecedor de entendimentos jurisprudenciais já consolidados e outros ainda recentes e difusos, que poderão dar a tônica da matéria em um futuro próximo. Outrossim, a pesquisa ostenta a virtude de apontar os fundamentos (*ratio decidendi*) das decisões mencionadas, não se contentando em registrar apenas sua conclusão, o que facilita sobremaneira a compreensão da racionalidade que as inspirou. Trata-se de pesquisa singular e verdadeiramente inspiradora para novos trabalhos acadêmicos na área.

Vale menção, ainda, o fato de que, no decorrer do trabalho, o autor traz situações extremamente complexas, as quais Ronald Dworkin¹ qualificaria como *hard cases*. Nessas ocasiões, para se chegar a uma resposta clara e eficiente, sem violar os direitos dos indivíduos e sem abrir mão dos valores sociais, acertadamente nos traz a hodierna solução de termos de perpassar todo o tecido principiológico constitucional, para só então descobrirmos qual é o desfecho mais correto e justo. Consectariamente, Marcus Abraham nos brinda com uma brilhante análise dos temas mais densos dessa seara jurídica, dando-lhes a roupagem que o contexto financeiro atual exige.

É forçoso, assim, concluir que quem quer que se dedique ao ramo do Direito Financeiro passa a ter como imperiosa necessidade de composição de sua biblioteca o *Curso de Direito Financeiro Brasileiro* de Marcus Abraham. Tal destaque não é novidade, pois as reconhecidas obras do autor: (i) *As Emendas Constitucionais Tributárias e os 20 Anos da Constituição Federal de 1988*; (ii) *Manual de Auditoria Jurídica: Legal Due Diligence (Org.)*; e (iii) *O Planejamento Tributário e o Direito Privado*, são de consulta obrigatória por juízes, advogados e demais operadores do Direito.

Obra de densidade temática que o autor não permitiu fosse apenas repetição argumentativa que tanto vemos em vários manuais atualmente publicados, permitirá, por certo, que se formem novas reflexões a partir de um ponto de referência seguro e muito bem embasado.

Ao tratar sobre a vida do Direito, Cruex, em bela sede doutrinária, pontificou, em uma frase que hoje me guia na laboriosa e sagrada função de julgar os semelhantes:

¹ DWORKIN, Ronald. *Levando os Direitos a Sério*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. p. 81-83.

“O Direito vive para o homem e não o homem para o Direito”. É nesse rumo que o autor almeja, com sua obra, servir de instrumento de transformação social, por oferecer ao cidadão os mecanismos necessários para a criação de uma sociedade mais justa e digna, estimulando, com louvor, a incansável busca pela efetivação da justiça fiscal.

Enfim, é motivo de efusiva saudação a atualização de mais um trabalho elaborado pela acuidade intelectual de Marcus Abraham, que desde muito jovem – apesar de atualmente já contar com uma formação acadêmica exemplar, sendo Doutor em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Mestre em Direito Tributário pela Universidade Candido Mendes (UCAM) –, destaca-se nesse campo árido do direito financeiro, sendo merecidamente respeitado com singularidade entre os membros do Poder Judiciário e os integrantes do mundo acadêmico.

Integra, pelo notável mérito e constante aprofundamento e aperfeiçoamento, o time dos grandes mestres expoentes do Direito Financeiro, dos quais destaco Heleno Taveira Torres, Regis Fernandes de Oliveira e Ricardo Lobo Torres, cada qual com contribuição imensurável para a comunidade jurídica do país.

Honra-me prefaciá-lo este livro, de tal sorte que convido ao público especializado o utilíssimo livro, que servirá de roteiro e de guia permanente a tantos quantos se iniciam nas sendas próprias de ramo tão sensível do ordenamento jurídico brasileiro.²

Luiz Fux

Ministro do Supremo Tribunal Federal

² Prefácio elaborado e assinado em 18 de dezembro de 2014, para integrar a presente obra a partir de sua 3ª edição, com o original em posse do autor.